

TRIBUTOS

Estratégia é negociar com cada parlamentar, independentemente de partido e articular uma sucessão tranquila na Presidência do Senado

Planalto tenta seduzir senadores um a um

LEANDRO COLON E
HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo já traçou a estratégia final para conseguir os votos necessários para aprovar no Senado a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF): conquistar individualmente o voto dos indecisos e garantir uma sucessão tranquila do cargo de presidente da Casa com a provável renúncia de Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ontem, o Palácio do Planalto deu o primeiro passo no tratamento especial a cada senador. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, recebeu Cristovam Buarque (PDT-DF) em seu gabinete. Cristovam exige que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) deixe de incidir sobre a verba destinada à educação. A DRU é um mecanismo pelo qual o governo utiliza livremente 20% das receitas carimbadas, a maior parte destinada à área social. A renovação da DRU está prevista no mesmo projeto que prorroga o imposto do cheque. Mantega aceitou a exigência de Cristovam. Prometeu apresentar amanhã uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) com a redução gradual, até 2011, da DRU sobre a educação.

A tática do governo de afagar um por um dos considerados

Edilson Rodrigues/CB - 22/10/07



CRISTOVAM BUARQUE RECEBEU PROMESSA DE MAIS RECURSOS PARA EDUCAÇÃO

votos em risco foi traçada no domingo à noite pelo novo ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, e pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Ambos dividirão a responsabilidade de assumir essa tarefa. Hoje, por exemplo, Múcio deve se reunir com a bancada de senadores do PTB, seu partido. Na semana passada, o PTB anunciou a saída do bloco do governo, causando preocupação em relação à CPMF.

Esse cenário foi entregue

ontem pela manhã por Múcio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O próprio Lula admitiu que pode conversar pessoalmente com alguns senadores. "Será dada uma atenção individual, personalizada", disse Jucá.

Calendário

Pelas contas deles, o governo pode não só chegar aos 49 votos necessários para aprovar a CPMF como atingir 55, contando, nesse caso, com senadores de DEM e PSDB, partidos que anunciaram

voto contrário ao imposto do cheque. Em relação aos tucanos, Múcio e Jucá vão esperar os próximos passos do partido. Se a legenda não fechar posição contra a CPMF, o governo vai tentar convencer alguns tucanos a votar a favor do imposto.

Outro problema do Palácio do Planalto está no calendário apertado para promulgar a CPMF até 31 de dezembro. Múcio e Jucá descartaram qualquer possibilidade de deixar a proposta para janeiro. Sabem, entretanto, que, para isso, nada pode dar errado no cronograma estabelecido por eles, inclusive a provável sucessão de Renan da presidência do Senado, que pode coincidir com o primeiro turno da CPMF (leia mais na página 6).

Se depender do governo, a primeira votação da emenda que prorroga o imposto está prevista para acontecer entre 12 e 13 de dezembro. O segundo turno ficaria para a semana seguinte. Ciente de que a oposição pode tentar atrapalhar esses planos, o Palácio do Planalto admite deixar o segundo turno para os dias 26 ou 27. Seria, na análise feita por Múcio e Jucá, uma "margem técnica" de segurança. Dentro de sua estratégia, o governo tentará hoje aprovar as duas medidas provisórias que trancam a pauta. Somente depois disso, é que a CPMF passa a tramitar no plenário.



e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



Batalha final entre Lula e FHC

Está no seguinte pé a luta política em torno da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU): o governo desconfia do plenário do Senado, enquanto a maioria da oposição torce para que os senadores governistas aprovem a extensão da CPMF e da DRU — mas sem a ajuda de votos dela, oposição.

O governo, naturalmente, deseja manter a folga fiscal que hoje lhe permite, ao mesmo tempo, estabilizar a dívida pública e fazer política, expandido investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e despesas de custeio. A oposição até gostaria de pôr fim a esse céu de brigadeiro, mas parte dela teme que a quebra de caixa respingue nas jóias da coroa da oposição: os governos de São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

Como nos períodos que antecedem as guerras, quase nenhum ator quer o conflito, mas ninguém aparentemente sabe como evitá-lo. Onde está a raiz do impasse? Ela reside na existência de não uma, mas duas oposições. A que tem poder orçamentário e a que não tem. Sendo que essa última, além de não ter poder, não tem sequer a expectativa de conquistá-lo nas urnas.

O cenário lembra em alguns aspectos a disputa política durante a campanha pelas Diretas Já, em 1984. A oposição aparecia unida nos palanques, mas na verdade estava dividida em duas. Havia o grupo comandado por Ulysses Guimarães e Franco Montoro, os radicais pelas diretas. E havia a facção pragmática, liderada por Tancredo Neves, que apostava em eleger o presidente numa composição com dissidentes governistas no colégio eleitoral.

Tanto Montoro como Ulysses sabiam que se o sucessor de João Figueiredo fosse indicado pelo colégio eleitoral as chances maiores seriam de Tancredo. E Tancredo sabia que se passassem as diretas o candidato do PMDB seria ou Ulysses ou Montoro. Por essa singela razão, a aparente e bela unidade nos discursos e atos públicos escondia uma luta feroz a respeito do desfecho daquela disputa.

A História do Brasil registra como a coisa se resolveu. Ulysses e Montoro foram derrotados pelo governo, quando a emenda das Diretas Já não obteve os votos necessários na Câmara dos Deputados. A partir daí, mesmo com a resistência de um grupinho (o "só diretas"), o pólo da expectativa de poder deslocou-se para o Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte (MG). Para lá passaram a convergir as romarias, implorando a Tancredo que se desincompatibilizasse do governo do estado e disputasse a presidência no colégio eleitoral. Foi assim que a candidatura caiu no colo de Tancredo, com naturalidade.

Qual é o cenário atual? Não há no PSDB quem se disponha a enfrentar o radicalismo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) na cruzada em que está empenhado, com o objetivo de dificultar ao máximo a vida de Luiz Inácio Lula da Silva. O cálculo de FHC parece simples: se Lula for derrotado na CPMF, ele, FHC, terá adquirido uma posição incontestável no comando político das oposições, junto com o ex-senador Jorge Bornhausen, a principal referência de poder interno do Democratas.

Resta então a Lula derrotar FHC e Bornhausen e aprovar a prorrogação da CPMF e da DRU. Se conseguir, terá definitivamente aposentado os presidentes de honra dos dois principais partidos da oposição. E terá também aberto caminho para que moderados como José Serra, Aécio Neves e José Roberto Arruda possam fazer política às claras com o governo federal, sem ter que reacear o "fogo amigo" pelas costas. Essa é a tarefa de Lula. Uma tarefa só dele. Nas horas decisivas, o poder é ainda mais solitário.

Lula já foi derrotado nas urnas por FHC duas vezes, em 1994 e 1998. Semana passada, ao fazer referência direta à baixa escolaridade formal do sucessor, FHC deu um recado para dentro e outro para fora. Para os correligionários, avisou que não vai tolerar tentativas de enfraquecê-lo em seu papel de líder espiritual e orgânico do PSDB. Para o adversário maior, no Palácio do Planalto, mandou dizer que não haverá rendição sem luta.

Ano passado, quando os tucanos discutiam o nome do candidato para enfrentar o presidente, houve quem pensasse a sério em lançar FHC. Se a articulação tivesse tido sucesso, de duas uma: ou os tucanos retornariam gloriamente ao poder ou a era FHC seria, enfim, uma página virada. Mas o candidato, como se sabe, foi Geraldo Alckmin, que acabou derrotado por Lula, em quem repousam agora as esperanças tucanas de pôr fim a essa transição interna de poder, que parece não querer acabar nunca.

PR DE SAÍDA

O PR avalia hoje a possibilidade de deixar o bloco de apoio do governo no Senado, repetindo postura adotada pelo PTB na semana passada. Se depender dos senadores Expedito Júnior (PR-RR) e César Borges (DEM-BA), o partido tomará esse caminho. Os dois dizem que votarão contra a prorrogação da CPMF. Para deixar o bloco do governo, eles precisarão, porém, convencer os outros dois colegas de bancada, João Ribeiro (PR-TO) e Magno Malta (PR-ES).

CALENDÁRIO

Datas planejadas pelo governo para que a sucessão do Senado não atrapalhe a tramitação da PEC que prorroga a CPMF até 2011

28/11

☛ Começa a contar o prazo de discussão e apresentação de emendas à proposta que prorroga a CPMF

04 ou 05/12

☛ Plenário do Senado julga Renan Calheiros (governo conta com renúncia do senador ao cargo de presidente até o dia da sessão, ou logo depois)

Até 11/12

☛ Eleição do novo presidente do Senado

12 ou 13/12

☛ Primeiro turno da CPMF

18 a 20/12

☛ Segundo turno da CPMF

26 ou 27/12

☛ Segundo turno da CPMF caso a primeira votação atrase

Com tanta gente para assinar seu livro, você não pode esquecer duas coisas: uma caneta extra e o espaço para o autógrafo do autor.

No dia 27 de novembro, a partir das 19h, a Revista Brasília Em Dia e a Editora Dom Quixote estarão lançando, no Salão Nobre do Memorial JK, o VII Volume da série "Entrevistas para a História", de Marcone Formiga. Esta é sua chance de conhecer de perto o autor e seus ilustres entrevistados, além de presenciar uma noite de autógrafos que, assim como este livro, promete entrar para a história.

